

**RESUMO DE DISSERTAÇÕES E TESES**

1. **Mestre:** Anne Nimrichter Oliveira

**Data da defesa:** 11 de março de 2019.

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Gladstone Leonel da Silva Junior (orientador), Enzo Bello, Pedro Curvello Saavedra Avzaradel, Nair Heloisa Bicalho de Sousa.

**Título da dissertação:** Direito e cidadania através da escola: O caso da Escola Municipal Professora Aclimea de Oliveira Nascimento

**Resumo:** O estudo volta-se à análise da proteção de direitos fundamentais e a formação de uma consciência cidadã autônoma através da atuação de escolas com sistemas de organização e projetos pedagógicos alternativos aos propugnados pela atual política educacional. Abrange, em específico, o estudo do caso da Escola Municipal de Ensino integral, voltada a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, localizada no bairro de São Pedro, no município de Teresópolis – região serrana do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de pesquisa do tipo empírico, qualitativo, interdisciplinar e jurídico-descritivo/ jurídico-compreensivo/ jurídico-interpretativo - vez que pretende realizar uma análise da realidade. Possui orientação epistemológica pautada na linha crítico-metodológica, em sua vertente jurídico-sociológica.

**Palavras-Chave:** Direito à educação; Projetos alternativos de escola; Teoria Crítica.

2. **Mestre:** Bianca Rodrigues Toledo

**Data da defesa:** 29 de março de 2019.

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Enzo Bello (Orientador), Gladstone Leonel da Silva Júnior, Orlando Alves dos Santos Junior, Rôssi Alves Gonçalves, Rodrigo Vieira Costa.

**Título da dissertação** RIMO, LOGO EXISTO: A resistência das rodas culturais na luta pelo direito à cidade

**Resumo:** Um olhar mais atento sobre a realidade mostra que o direito à cidade e os direitos culturais, apesar de estarem previsto na Constituição, na prática, não são

efetivados. Em um estudo sobre a configuração de políticas públicas culturais e urbanas, é possível identificar a prevalência da lógica neoliberal em detrimento da participação popular. Com isso, há um duplo ataque à cultura popular: se por um lado a falta de participação da população impede o gozo pleno do direito à cidade, afetando diretamente a definição de políticas culturais no âmbito da cidade, por outro a delegação da definição de políticas de incentivo cultural para o mercado impede a democratização do direito cultural. Nesse sentido, trabalhando na perspectiva de que os direitos não são autorealizáveis e que a sua simples previsão não garante a necessária implementação, a presente dissertação busca enfatizar a importância da cidadania ativa na efetivação dos direitos culturais e à cidade. Para tanto, parte-se de uma investigação sobre a atuação dos coletivos de cultura responsáveis pelas rodas culturais desenvolvidas no Rio de Janeiro, para demonstrar a importância da atuação desses atores no processo de transformação de políticas urbanas e culturais, além de retratar as inovações em termos de prática de cidadania que não mais se limita na estrutura institucional do Estado.

**Palavras-chave:** Rodas culturais; Direito à Cidade; Cultura; Bens comuns

3. **Mestre:** Cecília Bojarski Pires

**Data da defesa:** 12 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores doutores Pedro Curvello Saavedra Avzaradel (Orientador), Enzo Bello, Felipe Mello da Silva Brito, Ricardo Nery Falbo

**Título da dissertação:** Cidadania ativa e Direito à cidade: um estudo empírico sobre a Ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo do Campo (SP)

Resumo: O trabalho pretende analisar, a partir do estudo concreto da Ocupação Povo Sem Medo - liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), ocorrida na cidade de São Bernardo do Campo (SP), nos anos de 2017 e 2018 -, de que maneira a dinâmica de um movimento de ocupação urbana que luta pelo acesso à moradia e pelo direito à cidade pode ser considerado um paradigma de exercício de uma cidadania de caráter alternativo: a cidadania ativa. Nesse sentido, apresentarei não apenas um panorama da Ocupação, como também os elementos componentes e legitimadores do déficit habitacional brasileiro e o perfil dos agentes de todo o processo, notadamente os sem-teto e o próprio MTST. Trata-se de pesquisa de caráter eminentemente empírico que se realiza desde uma abordagem qualitativa, no intuito de compreender o fenômeno

estudado a partir de dados narrativos produzidos pelos próprios atores que compõem o objeto, como também da observação não participante. Assim, os dados empíricos produzidos pela própria autora, bem como aqueles apresentados por terceiros, serão cotejados com o aporte teórico utilizado. Isso porque, como a dissertação se desenvolve sob o viés da Teoria Crítica, é fundamental que a construção do trabalho seja composta precipuamente com base na realidade enfrentada pelos que constroem o objeto, e não se atenha exclusivamente à análise distante, dogmática e teórica da questão, sem qualquer preocupação com a aplicação prática.

**Palavras-chave:** Cidadania Ativa. Direito à Moradia. Direito à Cidade.

4. **Mestre:** Felipe Romão de Paiva

**Data da defesa:** 28 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores Doutores Enzo Bello, Gladstone Leonel da Silva Júnior, Amara Moira, Laila Maria Domith Vicente e Ricardo Nery Falbo

**Título da dissertação:** O Direito achado no corpo: Casa Nem é casa viva

**Resumo:** Casa Nem é uma ocupação-identitária de um imóvel na Lapa, bairro da cidade do Rio de Janeiro, que fundamenta suas ações na urgência de um acolhimento de pessoas LGBTTQIA+ em situação de precariedade e vulnerabilidade. No contexto da urbanização da capital fluminense, esta ocupação ocorreu de forma provocada por sua idealizadora, Indianare Siqueira, como um processo de militância e ativismo pessoal e coletivo. O cotidiano desse coletivo é plural e confere margem à análise da cidade em vários aspectos. Muito além de uma dissertação em defesa do direito à moradia, trata-se de um projeto que pretende entender a articulação desta luta com a questão identitária, erguido sob a palavra-chave transfobia, preconceito de ordem do gênero e sexualidade, que também abrange acepções em torno da precariedade e vulnerabilidade. Um exemplo empírico à corporificação da crise sistêmica do cuidado na democracia brasileira atual. Como possibilidades de agenciamento, há a necessidade de entender as formas de (r)existência das ocupantes, todas LGBTTQIA+, majoritariamente excluídas do mercado formal de trabalho, com ênfase nos arranjos, modos de circulação, redes de contato, enfim, articulações que fazem frente à violência urbana que se volta contra estas pessoas. Dada a pertinência, também faço uma análise crítica e jurídica acerca destes fatos no âmbito das ações de despejo e de reintegração de posse em trâmite

perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, de perfil multidisciplinar, numa abordagem que envolve as áreas do Direito, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Geografia. Adoto como técnicas de pesquisa entrevista, observação participante (fontes primárias) e revisão bibliográfica, análise documental (fontes secundárias). O marco teórico desta pesquisa se baseia em teorias sobre o corpo, sexualidade, produção social do espaço e teoria crítica do Direito, destacando-se Michel Foucault, Maurice Merleau Ponty, Judith Butler, Elias Lopes de Lima, Eduardo Gonçalves Rocha, Vera Telles e Roberto Lyra Filho.

**Palavras-chave:** ocupação, gênero, sexualidade, cidade, moradia

5. **Mestre:** Greyce Danielle Alves Barbosa

**Data da defesa:** 18 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores Doutores Gladstone Leonel da Silva Júnior (Orientador), Enzo Bello, Thula Rafaela de Oliveira Pires, Gustavo Proença da Silva Mendonça

**Título da dissertação:** “Descolonizando a Academia: o fomento à representatividade feminina, negra e periférica pela educação popular – um estudo de caso sobre a experiência do PPGDC/UFF e o Pré-Pós Dr. Luiz Gama”

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo discorrer, primeiramente, sobre o PPGDC/UFF e a sua recente implementação do programa de cotas para negros e indígenas no processo seletivo relativo ao edital nº.01/2017, bem como propor e executar um programa estudantil de fomento ao ingresso de negros graduados em direito ao supracitado programa, como meio de proporcionar maior representatividade dessa parcela populacional no meio acadêmico. População esta, que, desde o Brasil colônia, é constantemente subjugada e relegada aos níveis mais baixos de escolaridade. O principal intuito desse projeto é fazer com que esses estudantes e candidatos ao processo seletivo do PPGDC/UFF 2018/2019 sintam-se acolhidos, bem-queridos e representados quanto à urgente necessidade de uma mudança no panorama educacional de ponta do nosso país, que, sem dúvidas, é primordialmente ocupado por homens, héteros, brancos e elitizados. Um ambiente diversificado e intercultural é pujante na busca por um Brasil mais igualitário e democrático. A educação é uma das importantes bases mudança deste

cenário nacional desigual, cujos alicerces foram ainda mais estremecidos dadas as recentes medidas políticas do atual governo. Por fim, diante disso, a ação social comunitária, nesse sentido de rompimento com o *status quo*, é crucial, e a esperança é de que as discussões e ideias aqui expostas sejam perpetuadas.

**Palavras-Chave:** afrocentricidade; negritude; pensamento descolonial; PPGDC/UFF; representatividade.

6. **Mestre:** Guilherme Mello Graça

**Data da defesa:** 22 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Cássio Luís Casagrande (Orientador), Paulo Roberto dos Santos Corval e Luiz Felipe Brandão Osório.

**Título da dissertação:** Fake News e processo eleitoral: a cruzada quixotesca do Tribunal Superior Eleitoral de combate às notícias falsas

**Resumo:** A dissertação tem por objeto compreender o fenômeno das fake news (notícias falsas) e seus desdobramentos no processo eleitoral brasileiro. A partir das eleições presidenciais de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se deu conta da complexidade do fenômeno, e passou a atuar como um player regulador na determinação do que notícia falsa ou não, os quais têm reflexos limitadores em princípios constitucionais, notadamente a liberdade de expressão e o direito de informação. Ao mesmo tempo, o ambiente virtual, aqui centrado na internet e das redes sociais, permite o compartilhamento instantâneo de mensagens, as quais, por muitas vezes, podem comprometer a candidatura de algum postulante ao cargo público. Nessa linha, indaga-se se em um contexto de renovação política e alternância de cargos públicos, até que ponto as fake news poderiam influenciar e macular a transparência do debate democrático. Também se procura estudar se as formas de como se operam a remoção das notícias falsas não caracterizariam uma intervenção excessiva e paternalista da Justiça Eleitoral no processo eleitoral. Por fim, são apresentadas e criticadas as propostas legislativas atualmente apresentadas no Parlamento brasileiro que possuem uma visão rasteira e míope do complexo fenômeno das fake news, as quais podem limitar o alcance da liberdade de expressão ou até mesmo criminalizar o indivíduo.

**Palavras-chave:** Fake News, Democracia, Liberdade de Expressão, Paternalismo eleitoral do TSE.

7. **Mestre:** Iara Duque Soares

**Data da defesa:** 29 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Gladstone Leonel da Silva Júnior(Orientador) , Enzo Bello, Ludmila Cerqueira Correia, Alessandra de Andrade Rinaldi, Rachel Gouveia Passos

**Título da dissertação:** (Ainda) Sobre muros médico-judiciários e mulheres: os feminismos antimanicomiais e o Sistema de Justiça Brasileiro

**Resumo:** A pesquisa propõe explorar os discursos que constituem e (re)produzem muros ideológicos que mantêm as mulheres loucas ou sofrimento mental privadas de direitos mesmo após a consolidação de um projeto político de igualdade formal e material na Constituição de 1988. Para isso, pretendese demonstrar como as instituições médica e judiciária contribuíram, hegemônica e historicamente, para a consolidação de um patriarcado manicomial que interdita e exclui as suas singularidades; e, como, por outro lado, os movimentos sociais e, em especial, os feminismos brasileiros e o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, têm ressignificado, com as reivindicações e práticas populares, os sentidos e o potencial do Direito no campo da saúde mental, sob a perspectiva de O Direito Achado na Rua. Através de revisão bibliográfica e análise de conteúdo, o verdadeiro Direito, constituído a partir das diferenças e singularidades das mulheres subalternizadas, será investigado nos processos judiciais que versam sobre a negativa de exercício do direito à maternidade – a ‘destituição do poder familiar’ – de mulheres diagnosticadas com transtornos mentais, supostamente desmanicomializadas, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por amostragem, tendo como recorte processos que tramitaram entre 2008 e 2018. Os documentos que registram a intervenção dos atores do Sistema de Justiça sobre a vida dessas mulheres nos processos são, então, categorizados por temáticas recorrentes, cujos conteúdos demonstram que os muros médico-judiciários historicamente constituídos estão sendo atualizados pelos discursos do Sistema de Justiça das Varas da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, não mais de maneira predominantemente biologizante, mas especialmente moralizante. A economia moral instituída por esse Sistema rejeita e

estigmatiza comportamentos que desviam de um estereótipo idealizado de mulher e de mãe, associando-os à loucura ou ao sofrimento sob o rótulo impreciso do ‘transtorno mental’. Além do distanciamento da prática judiciária em relação aos clamores populares e à realidade social, a pesquisa conclui pela necessidade de se formar uma rede de atenção e garantia de direitos sem ruídos, democratizando o Sistema de Justiça e todos os outros sistemas de garantia de direitos a partir dos feminismos antimanicomiais.

**Palavras-chave:** paradigmas médico-jurídicos; feminismos antimanicomiais; O Direito Achado na Rua; direito à singularidade da mulher louca ou em sofrimento mental; Sistema de Justiça.

8. **Mestre:** Juliano de Oliveira Pinto

**Data da defesa:** 26 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores André Saddy (Orientador), Helena Elias Pinto, José Vicente Santos de Mendonça e Professor Mestre Flávio de Araújo Willeman

**Título da dissertação:** As pretensões reintegratórias do particular por condutas administrativas restritivas da Administração Pública sobre a propriedade privada

**Resumo:** A Administração Pública, em um Estado Democrático de Direito, tem a incumbência de garantir a efetivação dos Direitos e Garantias fundamentais, dentre eles, a dignidade da pessoa humana, por meio de condutas administrativas relacionadas, dentre outras, com a intervenção na propriedade privada. Atualmente, no Direito Administrativo Contemporâneo, as condutas administrativas visam garantir ao particular a manutenção de seus direitos em detrimento do interesse coletivo, reforçando sua confiança legítima nas ações administrativas. Assim, as pretensões reintegratórias do particular representam o meio garantidor desses direitos, havendo a necessidade de se verificar como as pretensões reintegratórias dos particulares por condutas administrativas danosas sobre a propriedade privada se enquadram no ordenamento jurídico brasileiro. Para isso, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo, além de uma pesquisa documental, composta por decisões de Tribunais Superiores e Regionais Federais. Ademais, para resolver o problema encontrado, foram formuladas hipóteses e objetivos que conduzirão a análise do tema. Desta feita, pode-se verificar que, como pretensão indenizatória, a responsabilidade civil administrativa por

fatos lícitos, ainda não recebeu dos doutrinadores a devida atenção, pois com a tendência da discussão de novos temas, como o dano da privação de uso e a própria mudança de paradigma para a antijuridicidade objetiva, proporcionam ao particular melhores meios de recompor sua esfera jurídica lesada. Não se aceita mais que o sacrifício do lesado no seu direito de propriedade vá além do suportável, nesse ponto, somente a responsabilidade civil administrativa com caráter indenizatório, não atende os anseios do particular. As demais pretensões, sejam de caráter indenizatório, sejam pelo restabelecimento do bem ao seu proprietário, atuantes nas medidas administrativas restritivas da propriedade privada, lícitas ou ilícitas, buscam garantir a continuidade da legítima confiança do particular nas condutas administrativas, contudo, deparam com decisões jurídicas ainda com viés conservador, não permitindo que todos os seus institutos sejam aproveitados.

**Palavras-chave:** Pretensões reintegratórias. Administração Pública. Medidas administrativas restritivas da propriedade privada. Direito de propriedade.

9. **Mestre:** Karina Abreu Feire

**Data da defesa:** 22 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Cássio Luis Casagrande (Orientador), Marco Aurélio Lagreca Casamasso, Gustavo Sampaio Telles Ferreira, Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha

**Título da dissertação:** Transição pós-autoritarismo e experiências democráticas no Brasil: Uma análise comparativa dos processos constituintes brasileiros de 1945-1946 e 1987-1988

**Resumo:** A dissertação tem como objetivo a análise da temática dos períodos de transição e as experiências democráticas no Brasil pós-governos autoritários. Nesse sentido, busca sua fundamentação por meio de fontes interdisciplinares - Direito, Ciência Política, Ciências Sociais e História – a fim de examinar o processo de elaboração das Constituições Federais de 1946 e 1988, abordando tanto aspectos históricos quanto dogmáticos dos trabalhos desenvolvidos pelos constituintes, especialmente em relação à atuação dos poderes e às questões sociais e sindicais no período republicano brasileiro. Com efeito, as Assembleias Nacionais Constituintes de 1945-1946 e 1987-1988 representaram importantes passos no restabelecimento da

ordem democrática. Nesse contexto, serão estudadas as influências que os regimes autoritários exerceram durante esses processos a fim de se discutir os empecilhos para a construção de um regime efetivamente democrático, bem como as dificuldades para a superação do autoritarismo no modelo constitucional brasileiro.

**Palavras-chave:** Democratização Brasileira; História Constitucional; Processo Constituinte; Regimes Autoritários; Transição Política.

10. **Mestre:** Larissa de Paula Couto

**Data da defesa:** 18 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Gladstone Leonel da Silva Júnior (Orientador), Enzo Bello, Thula Rafaela de Oliveira Pires, Manuel Eugenio Gandara Carballido

**Título da dissertação:** Poesia e cidade não são um luxo: escrevivências de mulheres negras no Centro antigo de Salvador

**Resumo:** Esta construção textual se propõe enquanto uma escrevivência. Me apodero deste modelo de narrativa proposto por Conceição Evaristo enquanto um marco teórico, metodológico e epistemológico. Assim, a escrevivência está na forma de encarar o fazer dissertativo enquanto uma experiência não neutra e, portanto, exposta no decorrer do texto. A escrevivência também assume a construção do conhecimento, do direito e da cidade a partir da diferença, das vozes historicamente silenciadas pela colonialidade, buscando trazer estas vozes para a reflexão sobre si mesmas. Este trabalho tem como tema a própria construção do conhecimento, do espaço e do direito a partir das mulheres negras que vivem a luta pela cidade no Centro Antigo de Salvador. Tem por objetivo refletir sobre as existências das mulheres negras subalternizadas e silenciadas pela colonialidade, ressaltando suas histórias de vida enquanto forma de recuperar a narrativa sobre o espaço e a sua construção. Para isso, as falas dessas mulheres compõem o fluxo do texto e são o fio condutor destes questionamentos que desenredam em reflexões sobre teoria política feminista e questões sobre o cuidado, o público e o privado.

**Palavras-chave:** escrevivência; feminismo negro; direito à cidade; epistemologia feminista; colonialidade.

11. **Mestre:** Lucas Pontes Ferreira

**Data da defesa:** 12 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores Doutores Enzo Bello(orientador), Gladstone Leonel da Silva Júnior, Alexandre Bernardino Costa, Camila Silva Nicácio

**Título da dissertação:** Clínica de Direitos Humanos e litigância estratégica: uma perspectiva de interação e troca de saberes entre Direito e sociedade civil

**Resumo:** O objetivo da pesquisa é identificar um espaço que integre academia jurídica, sociedade civil organizada ou não, e instituições públicas. O problema diz respeito a identificação das Clínicas de Direitos Humanos se seriam elas esse espaço e como é estabelecida sua relação com o Direito e a sociedade civil. Nos últimos anos há gradativa expansão do processo de implementação da metodologia clínica nos cursos jurídicos, porém poucas pesquisas têm se debruçado sobre o tema o qual envolve variáveis que merecem ser exploradas. Assim, por meio de investigação empírica e teórica bem como verificação bibliográfica, a pesquisa possui caráter exploratório, descritivo, crítico e analítico com viés multidisciplinar articulando saberes do Direito, Educação, Ciência Política. A estrutura do texto está disposta a partir dos seguintes eixos principais: panorama geral das Clínicas de Direitos Humanos existentes no Brasil em 2018; práticas jurídicas universitárias brasileiras e análise teórica das Clínicas Jurídicas brasileiras e latino americanas. Como resultado, é possível apontar dificuldades no processo de consolidação metodológica; concepção de transformação e justiça sociais imprecisas; não constitui nova prática de ensino jurídico no contexto brasileiro; necessidade de pesquisas empíricas que avaliem os resultados da formação clínica.

**Palavras-chave:** Clínicas de Direitos Humanos; Ensino Jurídico; Práticas Universitárias; Interculturalidade.

12. **Mestre:** Luiz Marcelo da Fontoura Xavier

**Data da defesa:** 20 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores Doutores Taiguara Libano Soares e Souza (orientador), André Luiz Nicolitt, Antônio Eduardo Ramires Santoro

**Título da dissertação:** Constitucionalização da investigação policial: a Lei 12.830/13 à luz da Constituição

**Resumo:** O estudo traz um olhar crítico sobre as funções da Polícia Judiciária e do Delegado de Polícia como Presidente da Investigação Criminal, por meio do Inquérito Policial. No sentido de que mesmo após a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, chamada de libertária, cidadã, com primazia dos direitos e garantias fundamentais, que instalou o Estado Democrático de Direito, as práticas policiais investigativas possuem ranços de um Estado arbitrário, com concentração de poder, em que o próprio conceito dominante na doutrina e na jurisprudência conceitua o inquérito policial como um procedimento administrativo, sigiloso e escrito, destinado a colher indícios de autoria e materialidade para que o Ministério Público possa oferecer a ação penal. Como objetivo geral, visa-se compreender em que medida o modelo de Polícia preconizado pelo Estado Democrático de Direito adotado na Constituição Brasileira de 1988 impactou a dogmática processual penal e a prática no que tange à fase policial. A pesquisa realizada foi orientada pela Teoria Hermenêutica Constitucional por meio de um estudo com base na Criminologia Crítica. Essa orientação crítica se justifica pela pretensão de demonstrar os problemas da dogmática tradicional sobre o tema, propondo sua superação de modo a transformar a realidade subjacente ao problema de pesquisa. Em que pese entendermos ser necessária a reforma processual no que tange à fase policial para que haja uma devida adequação constitucional, a pesquisa revela que é possível a adoção de novas práticas investigativas e o rompimento com o paradigma inquisitivo e adequadas à nova Ordem Constitucional Democrática e o Estado Democrático de Direito trazido formalmente na Constituição Federal de 1988. Há que se romper com a mentalidade inquisitiva que tem afetado as interpretações não sendo feita uma devida interpretação constitucional das normas e sim uma interpretação autorreferente das normas relacionadas ao inquérito policial dissociado da Constituição. O trabalho revela que uma hermenêutica constitucional adequada e democrática permite o implemento de novas práticas desde já, devendo, dentre outros aspectos trabalhados, a Lei 12.830/13 que traz regras para as investigações criminais conduzidas pelo Delegado de Polícia, ser interpretada a luz da Constituição Federal vigente, como instrumento concretizador de um ideal democrático na investigação. Apesar de não ser satisfatória, a Lei 12.830/13 deve ser valorizada e interpretada constitucionalmente como um avanço, no sentido que se alinha a um delineamento mínimo de uma devida investigação criminal, um princípio do Delegado de Polícia natural, trazendo o conceito expresso do

ato de indiciamento, que conforme proposto no presente trabalho, interpretado constitucionalmente e utilizado como marco inicial de um contraditório mitigado e possível na investigação desde já contribui e muito para dar mais democraticidade para a investigação policial, adequando-a a sua função principal em um Estado Democrático de Direito, que é a de ser um filtro garantista de possíveis acusações temerárias e não um instrumento punitivo de um Estado em que se privilegiam as razões de Estado em detrimento dos direitos fundamentais.

**Palavras-Chave:** Inquérito Policial. Delegado de Polícia. Direitos Fundamentais. Estado de Exceção. Constituição Releitura.

13. **Mestre:** Rafael Barcelos Tristão

**Data da defesa:** 29 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores doutores Taiguara Libano Soares e Souza, Roberta Duboc Pedrinha, Maurício Stegemann Dieter, Karyna Batista Sposato

**Título da dissertação:** Direitos Fundamentais e Medidas Socioeducativas: controle e disciplinamento de jovens através da medida socioeducativa de internação nas unidades da Fundação Casa (SP)

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo verificar a compatibilidade entre os direitos fundamentais e a prática das medidas socioeducativas no estado de São Paulo. A verificação se dará analisando os dados dos relatórios técnicos de três unidades do litoral paulista. Para tanto é necessário discutir o histórico brasileiro das normas voltadas para a infância e juventude, bem como a estruturação das instituições destinadas a privação da liberdade juvenil. Tais elementos serão analisados tomando por base a teoria da prevenção especial positiva e a lógica da profissionalização como um instrumento de ressocializador. É preciso também se debruçar sobre a disciplina institucional, especialmente ante adequação dos conceitos criminológicos a realidade do encarceramento juvenil em São Paulo. Pretende-se verificar se as medidas socioeducativas atuam para a construção de sujeitos dóceis direcionados ao mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Sistema socioeducativo, Teorias da Pena, Prevenção Especial Positiva, Disciplina, Instituições Totais, Positivismo Criminológico, Profissionalização

14. **Mestre:** Samanta Francine Pinto Alvarenga

**Data da defesa:** 22 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professoras Doutoras Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski (orientadora), Fernanda Pontes Pimentel, Daniela Silva Fontoura de Barcellos

**Título da dissertação:** A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil

**Resumo:** A dissertação versa sobre a proteção das crianças refugiadas no Brasil, considerando sua dupla vulnerabilidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisões bibliográfica e documental. A investigação se dá a partir da compreensão da proteção dos refugiados no Brasil e em seguida, recai sobre a situação das crianças, dando destaque nos dois momentos à vulnerabilidade desses dois grupos, causadas pela migração forçada e pela pouca idade, respectivamente, os quais necessitam, em virtude disso, de uma tutela especial. Avalia esses dois grupos e a proteção de ambos no Brasil a fim de alcançar o objetivo central de apurar a condição e a proteção das crianças refugiadas, duplamente vulneráveis, devido à coexistência das causas de vulnerabilidade anteriormente analisadas. O problema considerado foi saber se há um cenário legal propenso à proteção das crianças refugiadas no Brasil. Ao analisar os principais instrumentos de proteção aos refugiados e às crianças, as reportagens e os dados apurados em pesquisa realizada e divulgada pela Organização Internacional para as Migrações e pelo Fundo das Nações Unidas, foi possível apresentar um retrato da condição das crianças refugiadas que vivem no território brasileiro. Verificou-se que não há um cenário legal propenso às crianças refugiadas no Brasil, as quais estão submetidas a condições degradantes, encontrando óbices no acesso a seus direitos mais fundamentais. Constatou-se, portanto, um déficit de proteção a esse grupo, principalmente ao se considerar a sua situação de dupla vulnerabilidade, que impõe a necessidade de uma proteção adequada e especial.

**Palavras-chave:** Refugiado; criança; criança refugiada; vulnerabilidade; dupla vulnerabilidade.

15. **Mestre:** Victor Hugo Pacheco Lemos

**Data da defesa:** 26 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores doutores Cássio Luís Casagrande, Casagrande Marco Aurélio Lagreca Casamasso, Gustavo Sampaio Telles Ferreira, Luigi Bonizzato

**Título da dissertação:** O diálogo sem fim: supremacia judicial e reação congressual no constitucionalismo brasileiro – um estudo de caso da vaquejada à luz das teorias dos diálogos institucionais

**Resumo:** A dissertação de mestrado se propõe a realizar um estudo a respeito dos diálogos institucionais travados entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, sobretudo, após o advento da Constituição Federal de 1988. A partir de uma análise da evolução do constitucionalismo brasileiro, especialmente no que diz respeito a sua atual inserção no seio das tradições jurídicas da Civil Law e da Common Law, se observará em que medida esta circunstância tem promovido modificações na dinâmica institucional entre os Poderes. Posteriormente, será analisado o fenômeno da superação das decisões judiciais proferidas pela Corte brasileira pela via da reação legislativa, momento em que serão analisadas suas possibilidades, seus precedentes e as tentativas de mudança do status quo. Com base nessa análise, será feito um estudo teórico das teorias dos diálogos institucionais, com ênfase nas obras produzidas pela academia norte-americana, a qual tem sido denominada Virada Institucional. Será proposta, nesse momento, uma reflexão acerca da recepção dessas teorias no constitucionalismo brasileiro e dos eventuais rearranjos institucionais que a mesma tem provocado. Por fim, será realizado um estudo de caso da regulamentação da vaquejada à luz das mencionadas teorias, partindo-se de uma análise dos discursos empregados pelos Ministros do STF quando do julgamento da ADI nº 4983 e dos discursos dos Deputados Federais e dos Senadores da República quando da votação da Proposta de Emenda à Constituição que originou a EC nº 96/2017, e da votação do Projeto de Lei que deu origem à Lei nº 13.364/16. Com base nos resultados encontrados, será possível obter algumas conclusões a respeito da lógica a partir da qual se operam os diálogos institucionais entre o órgão de cúpula do Poder Judiciário e o Congresso Nacional, com o intuito de que as mesmas possam promover algum aprimoramento no desenho de futuras pesquisas na ciência do Direito Constitucional brasileiro.

**Palavras-chave:** Diálogos Institucionais; Separação de Poderes; Supremacia Judicial; Reação Legislativa; Vaquejada.

16. **Mestre:** Wilson Tadeu de Carvalho Eccard

**Data da defesa:** 14 de março de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca examinadora:** Professores Doutores Eduardo Manuel Val (Orientador), Marco Aurélio Lagreca Casamasso, Edson Alvisi Neves, Adriano Moura da Fonseca Pinto

**Título da dissertação:** A ordem econômica constitucional à luz da nova economia circular

**Resumo:** A dissertação busca abordar um tema antigo, que é a equação entre crescimento e desenvolvimento econômico ante ao quadro de desigualdade vivenciado no Brasil ao longo de sua história, associando a uma possível contribuição que é a viabilidade ou não de implementação da nova economia circular, cujo objetivo é pensar criativamente na cadeia produtiva ao ponto em que cada momento da produção importa (extração de matéria prima, criação, comercialização, utilização, reutilização, reaproveitamento de componentes e descarte consciente). A proposta da adoção de um mecanismo econômico alternativo ao conceito linear parece simples, em um pensamento pouco reflexivo e imediato. Contudo, veremos que a dificuldade se encontra na ruptura, necessária, da estrutura social construída ao longo dos séculos e que influencia diretamente no comportamento humano. Comportamento esse que engloba diversos valores, tais como, ética, democracia, responsabilidade social, consumo, etc.. Estudamos nesta pesquisa em como a ordem constitucional econômica contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode contribuir com o rompimento do paradigma da produção linear, que se traduz na manutenção do conceito de produção oriundo da revolução industrial, século XVIII, de retirar-produzir-consumir-descartar de maneira descompromissada com o meio ambiente e com o próprio cidadão, que conta ainda com o afastamento da postura ética nas decisões econômicas que imprime nos cidadãos uma indiferença quanto à degradação socioambiental ao mesmo tempo em que os tornam distantes das decisões públicas capazes de garantir a utilização dos recursos naturais contidos em nosso planeta tanto para a presente geração quanto as futuras. Assim, por fim, à luz do que propõe Amartya Sen, este trabalho busca analisar a importância da reaproximação entre os campos de conhecimento ética e economia, cujo afastamento contribuiu, dentre outros fatores, para aumentar a desigualdade na sociedade ao criar cidadãos pouco conscientes com a responsabilidade que cada um tem na construção do Estado Democrático de Direito, empresas que não têm responsabilidade social corporativa e se preocupam apenas de maneira endógena e não exógena, além de uma governança incapaz, que para resolver os problemas anteriores lança mão de políticas públicas neoliberais que visam apenas soluções para o campo econômico e

abandonam o ser humano que integra seu país à própria sorte. Esta pesquisa se propõe a verificar a hipótese de se ao implementar a nova economia circular o Brasil pode alcançar êxito em reaproximar a ética da economia, promover justiça e bem-estar social, bem como aumentar o nível de participação democrática dos seus cidadãos.

**Palavras-chave:** Economia circular; Direito Constitucional; Direito Econômico; ética, direito e economia.

17. **Mestre:** Renato Barcellos de Souza

**Data da defesa:** 08 de maio de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski, Orientadora e Presidente – UFF, Eduardo Manuel Val – UFF, Marilda Rosado de Sá Ribeiro – UERJ, e Marcelo Igor Lourenço de Souza – UFRJ

**Título da dissertação:** O diálogo das fontes aplicado ao problema do descomissionamento de campos de produção offshore de óleo e gás

**Resumo:** O trabalho utiliza o método do “diálogo das fontes” para realizar uma análise conjunta de todo o arcabouço legislativo e regulatório que diz respeito ao descomissionamento de infraestrutura offshore de produção de petróleo e gás, este entendido como sendo o “conjunto de ações legais, técnicas e procedimentos de engenharia aplicados de forma integrada a um duto ou Sistema Submarino, visando assegurar que sua desativação ou retirada de operação atenda às condições de segurança, preservação do meio ambiente, confiabilidade e rastreabilidade de informações e de documentos.”. Inicialmente, dado o número e natureza jurídica dos diplomas legais aplicáveis à espécie, conclui-se que métodos baseados em critérios de antinomias – que buscam excluir a aplicação de uma norma em favor de outra apontada como preferencial – não permitem uma interpretação coerente de todo o arcabouço legislativo que regula o descomissionamento, propondo-se então a conciliação de todas as fontes normativas pelo método do “diálogo das fontes”. O referido método, concebido pelo Professor Erik Jayme, da Universidade de Heidelberg, foi utilizado com sucesso por Claudia Lima Marques para conciliar o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e outras leis esparsas de proteção ao consumidor de forma a possibilitar sempre a interpretação que melhor atenda ao dever constitucional de proteção ao consumidor, tendo então sido identificado

o princípio pro homine – diante de normas que buscam assegurar um direito, aplica-se a que mais amplia esse direito – como valor-guia (Leitmotiv) da aplicação das fontes, a par do que fizera Erik Jayme na interpretação de tratados internacionais de proteção dos direitos humanos perante leis nacionais europeias com o mesmo objeto. Aqui, após uma busca em toda a legislação nacional e internacional, bem como nos instrumentos regulatórios, identificou-se o princípio do in dubio pro natura como Leitmotiv, informado pelos princípios ambientais da prevenção e da precaução, como apto a instruir a aplicação do método. Realizado o teste da aplicação, conclui-se que é possível concatenar todas as fontes normativas estudadas para permitir uma interpretação coerente de todo o arcabouço legal existente, para ressaltar que não cabe descarte em definitivo no mar em nenhuma hipótese, e que qualquer tipo de abandono – mesmo aquele instruído por prova técnica, inafastável em qualquer caso – será apenas temporário, não podendo elidir-se a responsabilidade ambiental por decurso do tempo ou dispositivo infraconstitucional.

**Palavras-chave:** Direito do Petróleo; Direito Ambiental; Direito Regulatório; Descomissionamento; Diálogo das Fontes; in dubio pro natura.

18. **Mestre:** Eduardo Langoni de Oliveira Filho

**Data da defesa:** 20 de maio de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores André Saddy, Orientador e Presidente - UFF, Márcia Bataglin Dalcastel – UFF, Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva- UFMG, e Emerson Affonso da Costa Moura – UFRRJ

**Título da dissertação:** Entre o combate à corrupção e a restrição da competitividade: a exigência de programas de integridade para contratação como Poder Público

**Resumo:** O trabalho analisa as leis n. 7.753/2017, do Estado do Rio de Janeiro, e n. 6.112/2018, do Distrito Federal, em especial a exigência de programa de integridade nas contratações públicas. O objetivo central da pesquisa reside na avaliação dos dispositivos acima sob os aspectos concorrenciais e anticorrupção. Para atingir o objetivo proposto, estrutura-se o trabalho em cinco partes, e faz-se um estudo multidisciplinar, de caráter majoritariamente teórico e em certo momento com dados empíricos, engloba elementos descritivos e dedutivos, e, além disso, tem-se a utilização de métodos auxiliares, como a análises históricas e comparações. Parte-se de uma

análise do fenômeno da corrupção buscando conceitos, principais causas e ainda entender o porquê a corrupção se tornou este mal que tanto se busca combater. Após, são tratados os principais instrumentos jurídicos de enfrentamento da corrupção, tanto no âmbito internacional quanto interno, sendo este o momento no qual aparece o programa de compliance como mecanismo de combate da corrupção. Na sequência, são realizados maiores aprofundamentos sobre o estudo do compliance anticorrupção, dentre eles, se têm o estudo dos conceitos, objetivos, custos e ainda a incorporação deste instituto às contratações públicas no âmbito do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, surgindo, neste contexto, alguns dos debates em torno da exigência de programas de integridade nas contratações públicas, dentre eles, os questionamentos quanto à eficiência das leis do DF e do RJ enquanto instrumento anticorrupção, bem como as eventuais limitações da competitividade que poderiam ocorrer. Com isso, já havendo sido feita a abordagem sobre o tema da corrupção, faz-se uma análise dos princípios que norteiam o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, assim como as disposições da lei federal n. 8.666/1993 que buscam maximizar a competitividade através da proibição da limitação da concorrência. Diante disso, sedimentada a base teórica, no quinto capítulo pode-se fazer a verificação das normas fluminense e distrital quanto à sua eficácia no combate à corrupção e, ao mesmo tempo, se analisar se representam alguma limitação da concorrência quanto analisadas a luz dos princípios que norteiam o SBDC. Ao final, defende-se que ambas as legislações, com suas disposições, não apresentam um potencial de combater a corrupção, pelo contrário, podem ainda contribuir para o aumento deste fenômeno, já no aspecto concorrencial, se tem que, existem ofensas a dois princípios que norteiam o SBDC, contudo a exigência do programa como cláusula contratual é menos restritiva da concorrência do que se fosse um requisito de habilitação.

**Palavras-chave:** Corrupção. Programas de compliance. Contratações públicas. Concorrência. Lei distrital n. 6.112/2018. Lei do Estado do Rio de Janeiro n. 7.753/2017.

19. **Mestre:** Veneranda Nicolitt Roza

**Data da defesa:** 24 de maio de 2019

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)

**Banca Examinadora:** Professores Doutores Taiguara Libano Soares e Souza, Orientador e Presidente – UFF, Enzo Bello – UFF, e Daniel Braga Lourenço – UFRJ

**Título da dissertação:** Pós-democracia ou exceção: um olhar a partir da presunção de inocência no Brasil contemporâneo

**Resumo:** A dissertação tem como objetivo realizar um exame do momento político do Brasil contemporâneo, mais precisamente da última década, tendo como termômetro um princípio essencial ao Estado Democrático de Direito, qual seja, o Princípio da Presunção de inocência. A partir disso, abordaremos uma perspectiva mais pragmática, ou seja, como as agências estatais, com destaque à agência judicial, se comportaram (ou têm se comportado) durante este período da política brasileira. Tudo isso com o intuito de observarmos se estamos diante de um “Estado Pós-Democrático” ou ainda operamos com a lógica do “Estado de exceção permanente”. O motivo específico dessa pesquisa é debruçarmos com foco no Poder Judiciário, notadamente no Supremo Tribunal Federal (STF), do qual, através de suas decisões, buscaremos extrair seu papel desempenhado neste período em relação ao contexto fático da política e da ordem constitucional vigente. Essa pesquisa será delineada a partir das seguintes categorias teóricas: Estado Democrático de Direito; Princípio da presunção de inocência; Estado de exceção; e Pósdemocracia. Já como categoria operacional nosso viés maior será para as decisões do STF relacionadas a presunção de inocência na última década. Esse trabalho é orientado pelo aporte teórico Giorgio Agamben, Luigi Ferrajoli e no Brasil, Rubens Casara, que servem de lente analítica para a articulação dos temas, Estado, Poder e Direito. Adotou-se o método crítico, com orientação epistemológica na vertente jurídico-sociológica, como reação ao tradicionalismo jurídico formalista. Aplicou-se a como técnicas de pesquisa a revisão bibliográfica, a revisão jurisprudencial e análise documental. Ao final, concluímos que à mingua de decisão sobre a ADC 43 não é possível afirmar a pósdemocracia como o paradigma do Brasil atual, embora as decisões analisadas sejam indícios de que este seja o referencial explicativo do Brasil contemporâneo. Por outro lado, a pesquisa conduz a conclusão de que é seguro afirmar que o contexto atual do Brasil é marcado pela aplicação de lawfare, traduzido em manobras supressoras da presunção de inocência, que colocou o judiciário como principal força definidora da política no Brasil, tendo interferido no resultado das eleições de 2018, uma vez que, lançando mão da ideia da figura do inimigo, tornou ineleável e manteve preso durante a campanha eleitoral, o principal pré-candidato à sucessão presidencial pós-impeachment.

**Palavras-chaves:** Estado Democrático de Direito; Princípio da Presunção de Inocência; Estado de Exceção; Pós-Democracia; *Lawfare*.